



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

O Feminismo Decolonial nas Categorias de Shiyali Ramamrita Ranganathan

Marília Winkler de Moraes
Luciana de Souza Gracioso

Como citar: MORAIS, Marília Winkler de; GRACIOSO, Luciana de Souza Apresentação *In:* ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.427-456. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p427-456>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

15

**O FEMINISMO DECOLONIAL
NAS CATEGORIAS DE SHIYALI
RAMAMRITA RANGANATHAN**

*DECOLONIAL FEMINISM IN SHIYALI
RAMAMRITA RANGANATHAN'S
CATEGORIES*

*Marília Winkler de MORAIS
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar*

*Luciana de Souza GRACIOSO
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar*

Resumo: O objetivo central deste estudo é o de recorrer às categorizações ranganathainas (PMEST - Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo) para auxiliar na identificação de elementos e fenômenos que compõe o Feminismo Decolonial, viabilizando, assim, uma compreensão mais ampliada, engajada e fortalecida sobre os temas e as ações que são constitutivas desse movimento. A justificativa para esse recorte temático se dá justamente pela complexidade envolta na interseccionalidade dos sujeitos sociais, que neste lugar, são as mulheres latino-americanas, cujas lutas por direitos transpõem as questões individuais e ativam a discussão e a reivindicação por direitos políticos, ambientais, econômicos e culturais. Este exercício possibilitou fazer outras leituras, mais amplas e completas do Feminismo Decolonial, reconhecendo as narradoras, as agentes e as sujeitas da ação, as personagens, os objetos de uma ação ou manifestação, os objetos simbólicos, as ações, as funções, os métodos, os eventos, os acontecimentos, os espaços, as ambiências, os lugares, e os pontos de vista deste importante e necessário movimento feminista contemporâneo, latino-americano, transgressor e revolucionário.

Palavras-chave: feminismo; decolonialidade; feminismo decolonial; organização do conhecimento; Ranganathan

Abstract: The central objective of this study is to resort to Ranganathainas categorizations (PMEST - Personality, Matter, Energy, Space, and Time) to help identify the elements and phenomena that make up Decolonial Feminism, thus enabling a more expanded, engaged, and strengthened understanding of the themes and actions that are constitutive of this movement. The justification for this thematic approach is precisely the complexity involved in the intersectionality of social subjects, which in this place are Latin American women, whose struggle for rights transcends individual issues and activates the discussion and demand for political, environmental, economic, and cultural rights. This exercise, made it possible to do other, broader and more complete readings of Decolonial Feminism, recognizing the narrators, the agents and subjects of the action, the characters, the objects of an action or manifestation, the symbolic objects, the actions, the functions, the methods, the events, the events, the spaces, the ambiances, the places, and, the points of view, of this important and necessary contemporary, Latin American, transgressor and revolutionary feminist movement.

Keywords: feminism; decoloniality; decolonial phenism; knowledge organization; Ranganathan

“No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover em direção à liberdade, a agir de formas que libertam a nós e aos outros”.

bell hooks (1952-2021) In memoriam

1 INTRODUÇÃO

O Feminismo Decolonial é central neste trabalho, tanto pelo que ele promove e articula, mas também por ser representativo dos deslizamentos de símbolos históricos que precisam ser revistos, pelos deslocamentos semânticos que sugerem e pelas incompletudes que evidenciam em relação às nossas existências coletivas. Argumentamos em defesa do uso da proposta de S. Ranganathan como base para categorização e análise dos conteúdos decoloniais latino-americanos por considerarmos que, ao pensar estas categorias PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo), o filósofo indiano, que também ocupou o lugar da subalternidade nos processos de colonização, conseguiu visualizar uma possibilidade de Organização do Conhecimento e de leitura das narrativas produzidas pela humanidade, de modo universal. Campos, Gomes e Oliveira (2013) sumarizam a proposta de Ranganathan e confirmam que o pensador apresenta em sua Teoria da Classificação Facetada, as Categorias PMEST e suas facetas, como um método de raciocínio para explicitar diversos domínios de conhecimento através de classes e conceitos.

De modo complementar, identificamos para a proposta do presente estudo, que é a de recorrer às categorizações Ranganathainas para auxiliar na identificação de elementos e fenômenos que compõe o Feminismo Decolonial, que as categorias PMEST poderiam ser mais bem compreendidas quando ampliadas e adaptadas à luz da Teoria Literária, tal como sugerido por Costa (2008). Isso porque as categorias literárias nos fornecem a percepção de aspectos conotativos e denotativos presentes nos discursos

e que são essenciais para melhor nos auxiliar nas categorizações das expressões decoloniais na CI.

A temática decolonial, em geral, irá configurar alguns exemplos para melhor compreensão da ampliação dessas categorias no presente estudo e especificamente será desenvolvido um ensaio de categorização PMEST sobre os assuntos e as ações envolvidas ao feminismo decolonial e que serão alocadas nas categorias Ranganathianas, com o objetivo de melhor reconhecê-las, compreendê-las e fortalecê-las enquanto assunto, discurso, narrativa e atitude.

Para tanto, o percurso metodológico desenvolvido se dá, inicialmente, pela introdução das discussões sobre os principais dispositivos que configuram as narrativas e ações do feminismo decolonial, evidenciando e justificando a necessidade de trazermos à tona as questões que acionam o movimento e os resultados políticos e sociais que decorrem dele.

Sequencialmente, são apresentados, de modo descritivo, os principais elementos que orientam a compreensão sobre a proposta de categorização Ranganathiana e, nesse ensejo, já serão feitas as relações dessas categorias, a partir da proposta de Costa (2008). Como dito, nesse percurso, algumas relações com elementos da decolonialidade serão estabelecidas, com estratégia de validação da proposta de aplicação metodológica que se quer desenvolver.

Assim, é desenvolvido, para fins de identificação dos assuntos que compõem o universo do feminismo decolonial, uma leitura documental do texto de Heloísa Buarque de Hollanda, que introduz o livro “Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais”, organizado por ela e publicado em 2020. Essa obra reúne os principais textos e obras artísticas que foram decisivas na construção do movimento Feminista Decolonial e, neste sentido, por fazer uma síntese primorosa desses materiais na introdução do livro, recorreremos a essa garantia, que ao nosso entendimento é cultural, além de literária, por apresentar “conceitos-outros”, relacionados aos modos de vida decoloniais. Após leitura e fichamentos temáticos dos

assuntos arrolados pelo feminismo decolonial, estes foram distribuídos nas categorias ranganianas, ampliadas por Costa (2008).

2 Q'AMASA WARMINANAKA E OS FEMINISMOS DECOLONIAIS: “É A PARTIR DO CORAÇÃO QUE DEVEMOS FALAR”¹

Não há dúvidas de que os debates teóricos desenvolvidos no bojo da teoria feminista colaboram para o avanço contra as amarras do sexismo, que tanto impedem a ampliação das condições necessárias à autodeterminação das mulheres. Faz-se essencial, entretanto, adotar uma abordagem crítica que nos permita analisar o percurso do movimento feminista pelo prisma de mulheres negras, indígenas e suas contribuições imprescindíveis para o debate e para a construção de discursos contra-hegemônicos.

Nesse contexto, vamos ao encontro do pensamento de Djamila Ribeiro (2020), quando propõe que pensar sobre um feminismo negro é refletir sobre “[...] novos projetos e marcos civilizatórios para que se pense um novo modelo de sociedade” (Ribeiro, 2020, p. 14). Este texto não visa a impor a tecitura de uma nova epistemologia, mas sim de colaborar para a discussão e se aproximar dos ideais de um feminismo que seja efetivo na construção de um modelo alternativo de sociedade, um feminismo decolonial.

Em 1988, Lélia Gonzales já problematiza que as conquistas do movimento feminista, como as discussões em torno do conceito de capitalismo patriarcal, de sexualidade, de violência, de direitos reprodutivos etc. Falharam em levantar também as discussões sobre a discriminação racial. A questão racial, “esquecida” no discurso feminista latino-americano, apresenta um histórico intrínseco às sociedades hierárquicas que emergiram do cenário de colonização ibérica.

De acordo com Lélia, Portugal e Espanha tiveram uma formação histórica fortemente hierárquica, culminando em um tipo de estrutura que

¹ Paredes (2019, p. 30).

não abria espaço para o conceito de “igualdade”, principalmente em relação aos grupos étnicos, como os mouros e os judeus. Herdeiras históricas dessa ideologia, as sociedades latino-americanas se desenvolveram de forma estratificada, o que garantiu, no contexto racial e igualmente no contexto sexual, a superioridade dos homens brancos como grupo dominante.

Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as tornam as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano. (Gonzales, 2020, p. 145).

Angela Davis (2016) nos mostra como, no cenário dos Estados Unidos, o movimento sufragista se opunha ferrenhamente ao sufrágio negro, acabando por reproduzir o racismo dentro do movimento feminista. No século XIX, a conquista do espaço público pelas feministas brancas norte-americanas delegou às mulheres negras e imigrantes as obrigações de suas tarefas domésticas, o que acabou por naturalizar e reproduzir a exclusão e relações de dominação de classe no movimento feminista.

No Brasil, movimentação parecida é narrada por Sueli Carneiro (2011), quando a filósofa expõe como as mulheres negras assistiram à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. “Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres” (Carneiro, 2011, p. 121).

A problematização acerca da recusa em reconhecer as questões raciais dentro do movimento feminista encontra eco nas teorias decoloniais, em especial quando estas abordam o conceito de universalismo abstrato.

Ramón Grosfoguel (2012) define esse universalismo abstrato como um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como “desincorporado”, escondendo seu lugar de enunciação, transpassando, assim, uma neutralidade de caráter. Em outras palavras, uma abordagem desse tipo assume um caráter impessoal: separa-se o sujeito do contexto, do objeto, generalizando os discursos a fim de se fazer emergir uma “voz universal”, na qual não existem diferenças.

Um exemplo: transplantado ao cenário de lutas feministas, o universalismo se enxerta na noção da igualdade reivindicada. Entretanto, o anseio das mulheres em serem reconhecidas cidadãs assim como os homens é impossível de configurar-se neutro, uma vez que “[...] a própria ideia de cidadania foi construída tomando por base a posição do homem (e, em particular, do homem branco e proprietário) numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, raça e classe” (Miguel, 2014, p. 64).

Quando do recorte de raça, Ribeiro (2020) assinala que a negação da temática negra no movimento feminista hegemônico, tratada como subitem da questão “geral” da mulher, acarretou o esquecimento de potentes vozes que demoraram muito tempo para finalmente serem ouvidas.

Assim, podemos assumir que dessa abordagem universalista, irradia o risco de se obliterar as perspectivas das mulheres em todas as suas intersecções: de raça, de orientação sexual, de identidade de gênero. Assim que muito mais importante é levar em conta que “[...] a diferença que se associa à igualdade é aquela que permite a livre expressão das individualidades, não a que aprisiona indivíduos e grupos em posições estereotipadas” (Miguel, 2014, p. 77).

A recusa à universalização do masculino, ou do branco, através da valorização e aceitação das diferenças e da pluralidade é importante para evitar a aceitação acrítica de um conjunto de valores vinculados às relações de dominação. Nesse sentido, Carneiro (2011) também ressalta como a consciência da exclusão determinou a aliança de mulheres negras no combate ao racismo e ao sexismo, resultando em participações políticas de re-

sistência, que visavam à superação da inferioridade social que o racismo produz.

Um dos exemplos mais expressivos desse movimento de resistência está nas produções de Lélia Gonzales. Irreverente, a intelectual nos mostra em muitas de suas produções como sempre confrontou o paradigma dominante, utilizando-se de uma linguagem que não obedece às regras da gramática normativa, reforçando sua proposta com a decolonização do conhecimento. Gonzalez (1984) também reflete sobre a ausência de mulheres negras e indígenas no feminismo e critica a insistência das ativistas em somente reproduzirem um feminismo europeu, sem dar importância à realidade das mulheres de países colonizados.

Tal realidade contribui para o afastamento de muitas mulheres de grupos étnicos explorados e oprimidos do movimento feminista e, como pontua bell hooks, é preciso recuperar, reforçar e manter o significado político positivo desse movimento (hooks, 1984).

Na esteira desta discussão, a pensadora boliviana Julieta Paredes (2010) nos narra um exemplo sobre como as mulheres indígenas da comunidade aimará tinham ressalvas em relação ao se denominarem feministas. Ao invés disso, elas utilizavam o termo *Q'amasa Warminanaka*, que significa “a força das mulheres”, na linguagem Ayamara. No entanto, Paredes encontra refúgio na abordagem decolonial para além da carga histórica que o termo feminismo isoladamente carrega.

Em entrevista ao grupo de pesquisa ¡DALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, Paredes (2019) aponta que a iniciativa de reconceituar o feminismo, o patriarcado e o gênero como forma de construir uma proposta decolonizadora a partir de seus povos foi o que o originou o Feminismo Comunitário:

Por isso, nós falamos de comunidade e da comunidade de comunidades, nós não nos definimos antipatriarcais, nem anticapitalistas, nem anticoloniais. Por quê? Assim estaríamos reforçando o colonial, o patriarcal. Não... Nós temos que buscar nos definir com base na nossa proposta e não com base no que

lutamos contra e queremos destruir. Para que vamos reedificá-los? O que necessitamos é pensar melhor sobre o que é nosso. É a partir do coração que devemos falar. Por que lutamos? Pela comunidade. O que queremos? Uma comunidade de comunidades. (Paredes, 2019, p. 30).

No cenário da produção de conhecimento, Hollanda (2020) aborda como as questões coloniais já tem se configurado prioritárias na agenda feminista. Para a autora, as *contraepistemologias* delineadas pelas intelectuais latino-americanas impulsionam o enfrentamento ao império cognitivo europeu e norte-americano, uma vez que a abordagem decolonial propõe revisar e refletir sobre as teorias feministas eurocentradas (Hollanda, 2020). E tal abordagem é imensamente necessária, pois reforça o entendimento de que o aspecto gênero não deve ser abstraído do contexto social e de outros sistemas de hierarquia. Entendemos, frente a esse brevíssimo panorama, que o enfoque feminista nas discussões decoloniais anuncia sua contribuição na reestruturação de uma sociedade, de uma política, economia, cultura e formas de produção de conhecimento, que não se conformam com o imperativo da colonialidade. Assim, atendendo ao que foi sugerido pela filósofa Yuderkys Espinosa Miñoso, de que temos que “enfrentar o monstro” e repensar conceitos básicos da teoria feminista frente a um contexto que cada vez mais aflora a importância das abordagens decoloniais, é que trazemos esta proposta de percebermos e nos apropriarmos desse movimento, a partir das ampliações sugeridas pelas categorias PMEST Ranganathanianas.

3 O UNIVERSO DAS IDEIAS: A CLASSIFICAÇÃO FACETADA DE S. R. RANGANATHAN E AS CATEGORIAS PMEST

Os fundamentos da Teoria da Classificação Facetada foram elaborados pelo indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, na década de 1930, e publicados em sua obra *Prolegomena to Library Classification*. Conforme Ranganathan (1967), o estudo sobre a classificação facetada foi fruto de

dez anos de trabalho construindo a *Cólon Classification* e oito anos dedicados a lecionar comparações entre esta e a Classificação Decimal.

Para Campos (2001), o que Ranganathan evidencia, com sua classificação baseada em facetas, é a necessidade de se construir um esquema capaz de acompanhar a evolução do conhecimento. Isso porque o bibliotecário indiano considerava o conhecimento como um *continuum*, oriundo do que chama de universo dos assuntos, sendo impossível desenvolver um assunto sem que igualmente haja algum desenvolvimento em todos os outros assuntos relacionados (Ranganathan, 1967).

Até aquele momento, no âmbito da Documentação, as tabelas existentes não apresentavam as bases teóricas para sua elaboração. Ranganathan foi o primeiro a evidenciar os princípios utilizados na elaboração de sua tabela, proporcionando uma verdadeira revolução na área da Classificação Bibliográfica. (Campos, 2001, p. 27).

A classificação facetada trata-se, pois, de um tipo de classificação que identifica características comuns de um determinado assunto e as organiza em diferentes facetas. Esse processo consiste em duas etapas: a análise de assuntos e a síntese dos elementos que constituem esses assuntos (Sales, 2016, p. 67). Ranganathan (1967) discorre sobre como a essência do homem é a mente, de acordo com as escrituras religiosas hindu chamadas *Upanixade*. A mente seria o local de origem das ideias, sendo a linguagem o meio de comunicação que interliga as ideias das pessoas. Nesse contexto, considera a essência dos assuntos a partir do processo de formação de conceitos.

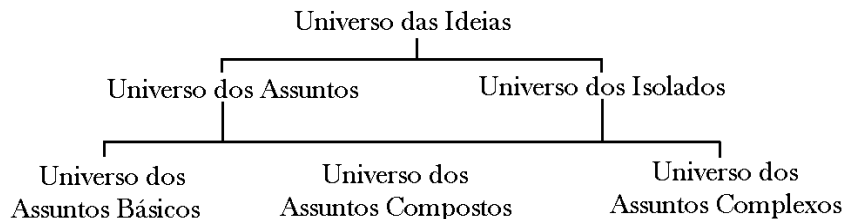
Para ele, o ponto de partida seria o chamado *Percepto* Puro. O *Percepto* Puro é a impressão que depositamos na memória, oriunda de qualquer entidade, através de nossos sentidos. Como analogia, Ranganathan (1967) utiliza o exemplo de uma estrela. A luz emitida pela estrela gera em nós, a partir de nosso sentido da visão, uma impressão que é depositada em nossa memória, sendo essa impressão o *Percepto*, enquanto a estrela em si seria a entidade (que ele também chama de

Percepção). A impressão que geramos a partir da associação de dois ou mais *Perceptos* Puros dá-se o nome *Percepto* Composto.

Assim, *Percepto* Puro e Composto, quando depositados na memória, associam-se formando os conceitos. Esses conceitos podem assimilar *Perceptos* recém-recebidos bem como outros conceitos recém-formados, dando origem ao que Ranganathan nomeia Massa de Apercepção. A Massa de Apercepção (conceitos depositados na memória) se conecta com o que apreendemos pela nossa intuição e com os produtos obtidos do processo de pensar, refletir, imaginar etc., dando origem às ideias.

A totalidade das ideias preservadas pela humanidade determinaria o que chamamos de conhecimento e o que Ranganathan considera ser o Universo das Ideias. E é no Universo das Ideias que o Universo dos Assuntos é concebido, pois este se configura como um corpo de ideias organizadas e sistematizadas, conforme demonstrado no diagrama a seguir.

Figura 1: Diagrama do Universo das Ideias.



Fonte: Adaptado de Ranganathan (1967).

Uma ideia isolada é a ideia adequada para formar um componente do assunto, mas não é o assunto em si. Assim, a palavra “estrutura”, por exemplo, denota uma ideia isolada que se adapta à composição de muitos assuntos como “estrutura física”, “estrutura química”, “estrutura linguística” etc. (Ranganathan, 1967). Os assuntos podem ou não se relacionar com ideias isoladas, assumindo três tipos: básicos, compostos e complexos.

Os assuntos básicos são aqueles assuntos tidos como um todo, mas que não possuem correlação com nenhuma ideia isolada, como Literatura, Educação, Geometria etc. Quando uma ou mais ideias isoladas compõem um assunto básico, temos o assunto do tipo composto: Literatura brasileira, Educação de jovens e adultos, Geometria de sólidos etc. Já os assuntos complexos são formados pelo acoplamento de dois ou mais assuntos ou com base em alguma relação entre eles: “Geopolítica – isto é, a influência da geografia na formação política” (Ranganathan, 1967, p. 85).

Apesar dessas questões terem um cunho filosófico, Ranganathan deixa evidente, a todo momento, sua preocupação em relacioná-las com o universo de trabalho da documentação (...). Esses assuntos se apresentam e são analisados na área da documentação a partir dos documentos produzidos por um grupo de falantes de determinado universo de discurso. Dessa forma, a garantia literária e a dinâmica do conhecimento andam juntas, e são esses fatores que determinam a relação do documento com o conhecimento e influenciam a elaboração de esquemas classificatórios para a área da documentação. (Campos; Gomes, 2003, p. 155).

A partir da análise de um assunto complexo é possível fragmentá-lo em suas partes constituintes mais simples, as facetas, até que se esgotem as possíveis divisões. As facetas se consistem, então, em classes reunidas por um mesmo princípio de divisão, sendo que “[...] dentro de cada faceta os termos que as constituem são suscetíveis a novos agrupamentos, pela aplicação de outras características divisionais, dando origem a subfacetadas” (Lima, 2002, p. 190). Essa fragmentação é feita com base nas chamadas Categorias Fundamentais, anteriormente mencionadas, de: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo – PMEST.

Essas categorias podem ser consideradas como “[...] categorias genéricas e, como tais, passíveis de se manifestarem de diversas formas” (Costa, 2008, p. 78). Ademais, Costa (2008) ainda aborda o fato de que as categorias se expressam por meio de conceitos amplos, o que deixa margem para possíveis expansões e adaptações conceituais conforme seu uso.

A categoria Tempo se relaciona com as ideias isoladas de tempo, como dias, meses, anos etc., bem como o período das estações, o dia e a noite. A categoria Espaço compreende continentes, países, cidades, assim como igualmente pode compreender o espaço geográfico da localização de um assunto ou documento. A categoria Energia se relaciona com a ação que ocorre em torno de um assunto, podendo “[...] ser inanimada, animada, conceitual, intelectual e intuitiva entre todos os tipos de entidades” (Ranganathan, 1967, p. 400).

A categoria Matéria pode se manifestar de duas formas: como matéria e como propriedade. Ranganathan (1967) utiliza o exemplo de uma mesa para demonstrar a diferença entre as duas manifestações: uma mesa pode ser feita pela matéria madeira. A madeira é um material intrínseco à mesa, mas não é a mesa em si, podendo servir para a composição de várias outras entidades além de uma mesa. Assim como a matéria, a propriedade de uma mesa ser rígida ou suave não define o que seria uma mesa em si. Assim, podemos considerar que essa categoria pode compreender materiais físicos e propriedades abstratas.

A categoria Personalidade é de difícil explicação, sendo considerada “inefável”, indescritível. Para identificar uma manifestação como integrante da categoria Personalidade, utiliza-se o método de resíduos. Por exclusão, se uma entidade não cabe em nenhuma das outras quatro categorias anteriores, ela se enquadra na categoria Personalidade (Ranganathan, 1967). Vickery (1980) apresenta algumas facetas que podem exemplificar a categoria Personalidade, como “[...] bibliotecas, números, equações, comprimentos de ondas de irradiação, obras de engenharia, substâncias químicas, organismos e órgãos, adubos, religiões, estilos de arte, línguas, grupos sociais, comunidades” (Vickery, 1980, p. 212 *apud* Campos; Gomes, 2003, p. 161).

Cada faceta isolada que compõe um assunto composto pode ser considerada como manifestação de uma e apenas uma categoria fundamental. Assim, as facetas podem ser básicas (FB) e ter relacionamento com o assun-

to de um documento ou podem estar relacionadas com as cinco Categorias Fundamentais, formando as Facetas de Personalidade (FP), Facetas de Matéria (FM), Facetas de Energia (FE), Facetas de Espaço (FE) e Facetas de Tempo (FT), conforme exemplo a seguir:

Quadro 1: Facetas de um assunto composto

Título	Facetas
Lavagem de carvão	Carvão (FP); Lavagem (FE); <i>Mineração (FB)</i> .
Controle da doença viral do caule da planta do arroz no inverno de 1967 em Madras	Controle (FE); Doença viral (FM); Caule (FP); Planta de arroz (FP); Inverno (FT); 1967 (FT); Madras (FE); <i>Agricultura (FB)</i> .

Fonte: adaptado de Ranganathan (1967, p. 405).

A principal diferença entre o sistema criado por Ranganathan em relação aos outros sistemas com estruturas hierárquicas (como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal) é que a classificação por facetas não se utiliza de classes pré-estabelecidas às quais os títulos devem se relacionar, mas sim de uma análise segundo os elementos conceituais de um assunto (Dahlberg, 1976). Campos (2001) afirma que “[...] naqueles esquemas, não ocorre a ligação entre o conhecimento e as classificações, mas entre os assuntos dos documentos e as classificações” (Campos, 2001, p. 32).

Tal fator implicaria em um tipo de classificação que coíbe a autonomia do classificador, uma vez que os sistemas hierárquicos são marcados por estruturas rígidas, nas quais os assuntos se relacionam uns com os outros sob uma lógica de subordinação.

Ao mesmo tempo em que refletia sobre essa questão, Ranganathan percebeu, na época em que estudou na Inglaterra, que a CDD era largamente utilizada, mas frequentemente adaptada e modificada. Quando, a partir de 1931, começou a compor um novo sistema, idealizou uma estrutura bem mais elástica do que as já existentes, isto é, que permitisse a síntese, o agrupamento de vários componentes para a especificação do assunto. (Araújo, 2006, p. 126).

Na Classificação Facetada, os assuntos deixam de ser classificados sob uma perspectiva que parte do geral para o mais particular. Pelo contrário, os assuntos passam a ser classificados do mais específico para o mais geral, pois para garantir a efetiva análise e compreensão de um assunto, o caminho deve ser iniciado pela identificação de suas partes constituintes. Nesse sentido, a Teoria da Classificação Facetada “[...] possibilita suporte na organização do conhecimento, tendo como ponto de partida a modelagem de uma estrutura semântica” (Duarte, 2010, p. 54).

Assim, o processo de classificação formulado por Ranganathan deixa de adotar uma hierarquia como a apresentada na árvore de Porfírio. A representação da árvore de Porfírio segue uma base dicotômica, ou seja, a cada característica que é adicionada sucessivamente aos elementos os distinguem, a derivação conceitual decorrente se torna mais intensa conforme o aumento das diferenças (Dodebei, 2001).

Em contraposição a esse modelo, Ranganathan propõe uma “[...] visualização do universo de assuntos de forma bem diferente das classificações hierárquicas e rígidas que refletem uma determinada visão filosófica de mundo, de acordo com o grau de influência recebida das ciências evolucionistas” (Costa, 2008, p. 68). Ao invés de se utilizar da analogia da árvore de Porfírio para a classificação de assuntos, Ranganathan se orienta para outra analogia: a árvore Baniana.

A árvore Baniana, um tipo de figueira indiana, cujos galhos se espalham para o solo, criando raízes que formam outros troncos, seria a melhor representação para uma árvore de classificação. No que Ranganathan chama de “a verdadeira árvore dos assuntos”, a complexibilidade está no envolvente entrelaçamento de galhos e troncos de tal forma que se torna difícil distinguir a qual tronco cada galho pertence. Assim, devemos considerar que o mesmo ocorre com o Universo dos assuntos. Esse modelo, que demonstra a importância de analisar as temáticas de um documento com abrangência conceitual, permite flexibilidade aos sistemas e transforma o rumo dos estudos em classificações bibliográficas no século XX, tornando-

-se referência para a organização de assuntos multidisciplinares (Barbosa, 1972). Nas palavras de Saldanha (2016):

A demonstração deste ‘modo peculiar’ não apenas de pensar, como de tratar do pensamento como matéria de linguagem, está duplamente espelhado em Ranganathan: tanto sua estrutura de pensamento não é típica das visões ocidentais (e certamente está aqui, em grande parte, a ‘intraduzibilidade’ ranganathaniana expressa no modo, por vezes, contraditório de expressar a transcendência e a pragmática das 5 ‘leis’), como sua expressão discursiva, seu ‘estilo de redação’, é radicalmente distinto dos discursos de fundamentação do pensamento ocidental (marcado, por exemplo, pela conjugação de verso e prosa, de aproximações dedutivas e indutivas para a mesma demonstração, de evocação de elementos sagrados, literários e científicos no mesmo argumento). (Saldanha, 2016, p. 48).

A utilização da árvore *Baniana* por Ranganathan atesta uma perspectiva decolonial, uma vez que prioriza seu *locus* enunciativo e evidencia a importância da conexão entre lugar e pensamento na elaboração de um conhecimento contra-hegemônico.

4 AS CATEGORIAS PMEST AMPLIADAS À LUZ DAS CATEGORIAS LITERÁRIAS

A pesquisa de Costa (2008) tem como objetivo contribuir para a formulação de procedimentos metodológicos, no âmbito da análise de conteúdo de cartazes, tendo em vista a geração de produtos documentais. Para tanto, desenvolve uma aproximação teórico-conceitual entre as Categorias Essenciais e os elementos que compõem a estrutura do discurso retórico e as categorias da narrativa literária. Essa opção foi feita pela autora, diante da potencialidade que os enunciados literários suscitam em contribuir para um processo de ampliação conceitual das categorias ranganathanianas. Ao se utilizar das categorias PMEST para analisar enunciados extraídos das obras

“O sertanejo” e “O gaúcho” de José de Alencar, Costa (2008) pôde elencar um conjunto de palavras relevantes que expressam cada uma das categorias de Ranganathan de forma mais aguda. Isso porque, na literatura, os termos não aparecem apenas em seu sentido literal, denotativo.

Por vezes, as palavras e conceitos estão permeados de sentidos conotativos que são igualmente essenciais para a construção de sentido e demandam análise mais cuidadosa. A seguir, iremos explorar como ficam cada uma das categorias PMEST ampliadas à luz das categorias literárias de Costa (2008). A temática decolonial irá configurar alguns exemplos para melhor compreensão da ampliação dessas categorias e especificamente será desenvolvido um ensaio de categorização PMEST sobre os assuntos e as ações envoltas ao Feminismo decolonial e que serão alocadas nas categorias Ranganathianas com o objetivo de melhor reconhecê-las, compreendê-las e fortalecê-las enquanto assunto, discurso, narrativa e atitude.

PERSONALIDADE

Costa (2008) nos diz como as personagens, na literatura, não são apenas humanos, mas podem aparecer como animis ou outros elementos da natureza que preenchem o mesmo espaço de importância que as pessoas. Por essa razão, é mais apropriado se utilizar do termo “ator” do que “personagem”, uma vez que personagem sugere figuras humanas. Já o ator seria, de forma geral, aquele ou aquilo que é agente do ato. Tal noção estende-se, inclusive, aos elementos do mundo cósmico, seres divinos ou até mesmo elementos “[...] noológicos como: amor, ódio, virtude, dentre tantos outros termos” (Costa, 2008, p. 127).

Assim, a categoria Personalidade é composta pelos seres sujeitos das ações e resultam da pergunta “Quem faz?”. Em seu sentido denotativo, a resposta apresenta uma linguagem de caráter onomástico, já que é composta por nomes próprios ou comuns. Já em seu sentido conotativo, a resposta para essa pergunta pode se configurar como um adjetivo, qualificação, ou

com alguma característica particular que legitime sua personalização enquanto sujeito da ação.

Como exemplo, podemos pensar no contexto da decolonialidade, sendo esta a ação. Ao considerarmos o sentido denotativo e onomástico de uma resposta para a pergunta “Quem faz (a ação decolonial)?”, poderíamos elencar uma série de nomes comumente abordados enquanto atores do pensamento decolonial, como Franz Fanon, Aimé Césaire, Edward Said, entre tantos outros.

Ainda considerando o contexto denotativo, podemos esperar uma outra resposta para a pergunta “Quem faz?”: os grupos de estudo que se dedicaram a investigar e discutir os efeitos da colonização, como o Grupo de Estudos Subalternos e o Grupo Modernidade/Colonialidade. Ademais, todas as movimentações de resistência, como os movimentos afro, movimentos indígenas, zapatistas, feministas, dos trabalhadores rurais sem-terra, são consideradas decoloniais e configuram-se, portanto, na categoria Personalidade.

Enquanto isso, os sentimentos de desobediência epistêmica, de insubordinação, entre outras conotações, representam também atores decoloniais. São conceitos que visam fortalecer as culturas e os lugares epistêmicos subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade e que visam a um diálogo crítico como um convite a todos para a produção de saberes mais decoloniais (sendo estas as características que o legitimam enquanto sujeitos da ação decolonial).

MATÉRIA

Ranganathan (1967) nos apresenta como a categoria Matéria é composta pelas manifestações material e propriedade, utilizando-se do exemplo da mesa de madeira suave ou rígida. Assim, como o tipo de material possui propriedades que vão originar outros objetos, eles devem sua forma

não somente às características desses materiais, mas igualmente às propriedades inerentes à sua configuração como textura, cor, volume etc.

Linguisticamente falando, os objetos podem se expressar “[...] por meio do uso de substantivos e por propriedades que podem ser absolutamente abstratas, adjetivadas, que somam matéria e propriedade para criar suas características físicas” (Costa, 2008, p. 133). A pergunta que se faz aqui é “O que?”, que nos leva ao entendimento que a categoria pode abarcar o assunto predominante de cada enunciado.

Posto isto, podemos considerar a pergunta “O que (é abordado nos estudos/enunciados decoloniais)?” para obter respostas de sentido denotativo e temos que, os assuntos predominantes dos estudos decoloniais se assemelham, pois se trata de estudos que abordam pontualmente sobre os efeitos da colonização, sobre o eurocentrismo, sobre a modernidade, sobre os fatores históricos envolvidos no contexto decolonial.

ENERGIA

Segundo nos diz Ranganathan (1967), a categoria Energia se relaciona com a manifestação de uma ação. Depreende-se daí que tal ação pode ser realizada por qualquer entidade, seja ela de ordem animada, seja inanimada, intuitiva, intelectual ou conceitual e podem até mesmo ocorrer ao mesmo tempo (Costa, 2008).

Assim, a identificação dessa categoria se dá através de expressões linguísticas verbais, uma vez que são as estruturas que indicam o tipo da ação ou intervenção provocada por um sujeito ou personalidade. Costa (2008) acrescenta que a indagação sobre como se dá algo nos leva à identificação da ação, sendo a pergunta “Como?” central aqui.

No caso da decolonialidade, tal pergunta nos leva ao entendimento de que ela pode ser interpretada da seguinte forma: “Como é feita (a ação decolonial)?”. Portanto, entendemos que essa categoria Energia está

relacionada às formas de análise e aos procedimentos metodológicos que são utilizadas nos estudos decoloniais, pensando a partir de um sentido denotativo.

Em um sentido conotativo, a priori, podemos considerar a desclassificação de García Gutiérrez. O autor narra sobre como, desde o início de suas concepções, a produção e a organização do conhecimento são orientadas por ações colonizantes e é nesse âmbito que define a desclassificação enquanto ação que “[...] propõe a reabilitação de antigos valores banidos pelo pensamento hegemônico, como estesia, incerteza, provisionalidade, retórica ou contradição” (García Gutiérrez, 2013, p. 93).

ESPAÇO

A categoria espaço se relaciona ao local em que determinado objeto, fenômeno, indivíduo ou entidade se situam. Em Ranganathan (1967), como o espaço é pensado no bojo da superfície da Terra, de seu interior e o que está além dela, no espaço cósmico, tal categorização se restringe à concepção de lugares reais. Costa (2008) nos mostra como, através da literatura, é possível expandir essa categoria e passar a considerar os lugares virtuais ou imaginários, além dos físicos ou dos psicológicos. Sendo assim, a categoria espaço emerge enquanto resposta à pergunta “Onde?”.

Costa (2008) chama a atenção para duas tipologias: os espaços finitos e delimitados conceitualmente, de fácil identificação, e os espaços imaginários e abstratos que, por serem subjetivos e imprecisos, são mais difíceis de se identificar. Esses espaços subjetivos se agregam de elementos simbólicos, sagrados, alegóricos, utópicos:

[...] tais como o espaço cultura, o espaço não-euclidiano, o espaço virtual. Conceitualmente, esse tipo de espaço tanto pode ser um intervalo ou distância entre dois pontos de referência, como pode abarcar o infinito. Agregam-se a essa tipologia os espaços imaginários e, ainda, os lugares metafóricos (...). (Costa, 2008, p. 142).

Assim, pensando no sentido denotativo de um espaço físico que responde à pergunta “Onde (ocorre a ação decolonial)?”, temos a América Latina como palco do grupo Modernidade/Colonialidade e ponto de partida do pensamento decolonial no continente, conforme já abordado previamente.

Pensando a partir de uma perspectiva conotativa, a transmodernidade, sugerida por Dussel (2001), pode compor esta categoria, uma vez que o autor a define como um mundo pluriversal, que pode fornecer uma multiplicidade de repostas críticas, decoloniais, oriundas do sul global. Grosfoguel complementa que “[...] podemos começar a imaginar mundos alternativos para lá do eurocentrismo e do fundamentalismo. A transmodernidade é o projeto utópico que o filósofo da libertação Enrique Dussel propõe para transcender a versão eurocêntrica da modernidade” (Grosfoguel, 2008, p. 139).

O que fica claro nessas palavras é como a transmodernidade é considerada um espaço metafórico, como uma estrutura ou uma rede capaz de resgatar os sujeitos subalternos e excluídos no processo “civilizatório” em favor da igualdade e da diversidade epistêmica.

TEMPO

Tempo se apresenta como uma categoria abstrata. Ranganathan (1967) aborda como a categoria que demanda uma relação dos acontecimentos a um espaço de tempo, podendo este ser dias, meses, anos, décadas, séculos etc., ou outras formas que os humanos criam para mensurar a cronologia de tempo. Ademais, configuram-se nesta categoria fragmentos de tempo, como as estações do ano e períodos como o dia e a noite.

Costa (2008) acrescenta que para abranger o entendimento desta categoria é necessário considerá-la a partir de um entendimento metafísico, a fim de se levar em consideração todas as possibilidades de tempos reais e imaginários. Assim, é possível abarcar variações cronológicas, históricas,

psicológicas ou metafísicas. Aqui, nos perguntamos “Quando?” como referência temporal.

Futuro, passado, presente ou, ainda, um tempo metafísico e subjetivo, que se situa no âmbito das experiências individuais, todas as variações de tempo apresentam relação com o espaço em que são desenvolvidas. Mignolo (2008) ao resgatar o conceito de *Pacha*, dos povos Ymaras e Quechuas nos fornece um exemplo preciso de como os elementos tempo e espaço sempre estiveram intrinsecamente conectados:

Os Ymaras e Quechuas (assim como as comunidades Anáhuac e Abya Yala) não tinham um conceito como o atual de “vida” (...). *Pacha* era um conceito complexo em que as noções de espaço e tempo se agrupavam no correr das estações, no movimento do sol e da lua, o crescimento das plantas e dos animais, a queda das folhas no inverno, o fim do movimento nos seres vivos em um determinado momento de sua ocorrência, desde o nascimento, a queda da chuva, o movimento das nuvens etc. (Mignolo, 2008, p. 267).

O tempo e, a partir da perspectiva desses povos, o tempo-espaço *Pacha*, pode ser descrito como um tempo metafísico. Além de estarem ligados, tempo e espaço por vezes se sobrepõem, como nos diz Costa (2008): O espaço, o lugar é uma referência mais concreta e dele decorre um sentimento de origem e de pertencimento. Assim, o apego ao lugar e às relações afetivas estabelecidas entre esse espaço e seus habitantes são variantes que influenciam na passagem e mensuração do tempo.

Em um sentido denotativo, temos vários exemplos de tempos exatos, cronológicos e históricos abordados nos estudos decoloniais, que podem responder à pergunta: “Quando (é feita a ação decolonial)?” e que configuram a seção anterior. Aqui, podemos demarcar o exemplo do século XVI como tempo histórico decolonial, marcado pelo *Taki Unquy*, movimento indígena dos Andes peruanos de oposição à expansão espanhola (Mignolo, 2008).

PONTO DE VISTA

Como vimos, Costa (2008) aponta semelhanças conceituais entre as categorizações Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo da teoria rangathaniana com a teoria da narrativa literária. Tal abordagem possibilitou um alargamento teórico e uma indicação de parâmetros para se estabelecer os procedimentos metodológicos utilizados neste projeto.

Além dessas categorias, Costa (2008) estende-se para mais uma, chamada Ponto de vista. A autora justifica essa categoria tomando por base a necessidade de se considerar alguns aspectos quando da análise das obras, como tipo de linguagem, entorno sociocultural, contexto situacional. Assim, a categoria Ponto de vista é definida como “[...] contextual e de caráter subjetivo envolvendo aspectos conotativos que perpassam as categorias” (Costa, 2008, p. 101).

Assim, tem-se que os propósitos dos estudos influenciam no resultado da ação, ou seja, na argumentação utilizada ao longo da obra e recuperam a noção de ponto de vista. A pergunta que cabe aqui é “Por quê?” e, aplicada ao contexto dos estudos decoloniais, podemos entender essa categoria como a responsável por abarcar as justificativas e também as finalidades (adaptando-se à pergunta para “Para quem?”) dos estudos decoloniais.

5 RESULTADO: DESCRITORES DO FEMINISMOS DECOLONIAL CATEGORIZADOS A PARTIR DE S. RANGANATHAN E COSTA (2008)

Costa (2008), ao aferir afinidades conceituais das categorizações antevistas nas teorias rangathanianas, retóricas e narrativas, estabeleceu, entre elas, termos de comparação que viabilizaram a ampliação conceitual das categorias Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo. Em sua metodologia, foi estabelecido um alinhamento teórico-conceitual que viabilizou a análise de conteúdo cartazístico e de sua representação (via resumos). Esse processo de análise viabiliza que se contemple tanto os aspectos denotativos, quanto os conotativos presentes nos cartazes estudados, e esse

procedimento, segundo a autora, tem por intuito: “[...] gerar um produto documental eficaz que apresente substância para se realizar os processos técnicos biblioteconômicos de representação documental descritiva e temática em linguagem natural e especializada” (Costa, 2008, p. 09).

Para o presente estudo, avançamos na etapa metodológica, que diz respeito à análise de conteúdo textual e posterior categorização temática do Feminismo Decolonial, mas reconhecemos que o desenvolvimento do processo metodológico completo e aplicado também em outras fontes (como imagens, vídeos e outras mídias) surtiriam efeitos surpreendentes em relação às manifestações do Feminismo Decolonial.

No Quadro 01, adaptado de Costa (2008), apresentamos o resultado do exercício de olharmos para os assuntos representativos do Feminismo Decolonial, via categorias Ranganathianas e Teoria Literária.

Quadro 1: Descritores do Feminismos Decolonial categorizados a partir de S. Ranganathan e Costa (2008).

CATEGORIZAÇÃO PMEST AMPLIADA POR COSTA (2008).	DESCRITORES FEMINISMO DECOLONIAL	
<p><i>Personalidade/ Narrador/ Agente, sujeito da ação/ Personagens/Figuras mitológicas/Atores Onomástico/Quem?</i></p>	<p>Acadêmicas feministas brasileiras e latino-americanas; Coletivos de feministas anarquistas bolivianas; Comunidade feminista; Grupo de estudos subalternos; Grupo modernidade/colonialidade Sujeito Político; Sujeito Social; Adriaan Varejão; Angela Figueredo; Beatriz Nascimento; Cherrie Moraga; Cinzia Arrazza; Consuelo Pereira dos Santos; Fithi Battacharua Glória Anzaldúa; Grada Kilomba; Julieta Paredes;</p>	<p>Lélia Gonzales; Luiza Bairros; Marcela Cantuária; Maria da Graça Costa; Maria Elvira Díaz-Benítez; Maria Galindo; María Lugones; Marina Lazreg; Nancy Fraser; Ochy Curiel; Oyérónké Oyewúmí Ranajit Guha; Rita Segato; Sueli Carneiro; Suely Messeder; Susana Castro; Thula Pires; Yuderkys Espinosa Miñoso;</p>

<i>Matéria/O objeto de uma ação ou manifestação/Item /Objeto simbólico /Temáticos formais/ Conceitual/O Quê?</i>	Ativismo midiático; Margaridas na Paraíba; Marcha das margaridas; Movimento de mulheres camponesas;	Articulação nacional de agroecologia; Rede carioca de agricultura urbana; Feminismo comunitário;
<i>Energia /Ação/Função/Método Evento/Acontecimento Temáticos/ Causa e efeito / Conceitual/Como?</i>	Amefricanidade; Branquitude patriarcal; Colonialismo; Crise do capitalismo global; Darwinismo social; Democracia racial (mito fundador da identidade latino-americana e brasileira); Epistemologias heteronormativas e coloniais;	Filosofia feminista africana; Giro decolonial; Positivismo; Racismo; científico Racismo; Sexismo; Contraepistemologias; Epistemologias originárias; Narrativas contraoficiais; Pensamento crítico decolonial;
<i>Espaço /Ambiência /Lugar/ Local/Conceitual/Topográfico/ Onde?</i>	América (Lelia Gomzález)	
<i>Tempo /Topográfico Quando?</i>		
<i>Ponto de vista Temático não referencial Por quê? (COSTA, 2008).</i>	Mátria Livre	

Fonte: As autoras. Adaptado de Costa (2008).

Em síntese, reconhecemos os limites deste exercício inicial que se apresenta, mas, ao mesmo tempo, identificamos, a partir de seu desenvolvimento, o quanto que analisar assuntos a partir das teorias e das metodologias da Organização do Conhecimento pode alargar os horizontes sobre a compreensão de fenômenos, de eventos, de seus movimentos e de suas relações, dinâmica esta, essencial e talvez, universal, para qualquer conhecimento em construção. Este exercício, continuará sendo desenvolvido e aprimorado como pesquisa de mestrado.

6 REFLEXÕES FINAIS: “AGORA SOMOS TODAS DECOLONAIS?”²

Olhar para o Feminismo Decolonial, a partir das categorias ranganthianas, possibilitou-nos realizar outras leituras, mais amplas e completas, reconhecendo as narradoras, as agentes e as sujeitas da ação, as personagens, os objetos de uma ação ou manifestação, os objetos simbólicos, as ações, as funções, os métodos, os eventos, os acontecimentos, os espaços, as ambiências, os lugares e os pontos de vista, desse importante e necessário movimento feminista contemporâneo, latino-americano, transgressor e revolucionário. Para além disso, permitiu-nos repensar nossos lugares, nossas ações, nossos afetos, nossos desafios e superações, que se constroem diariamente, no Universo das ideias (e dos atos) femininos, que se expande e retroalimenta, como a árvore Baniana, nutridas pela nossa *Q’amasa Warminanaka*.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 117-140, dez. 2006.
- BARBOSA, A. P. Classificações facetadas. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-81, 1972.
- CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.
- CAMPOS, M. L. A. C.; GOMES, H. E.; OLIVEIRA, L. L. As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. **DataGramaZero - Revista de Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jun. 2013.
- CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_1ec0949a1a_0012907.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

² Subtítulo utilizado na Introdução do livro organizado por Heloísa Buarque de Hollanda “Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais” (2020).

COSTA, L. S. F. **Uma contribuição da teoria literária para a análise de conteúdo de imagens publicitárias do fim do século XIX e primeira metade do século XX:** contemplando aspectos da natureza brasileira. 2008. 261 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

DAHLBERG, I. **Teoria da classificação, ontem e hoje.** Rio de Janeiro: [s. n.], 1976. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 de setembro de 1972. Anais. Brasília, IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 352-370. Disponível em: http://www.conexaoorio.com/bitl/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, E. A. Classificação facetada: um olhar sobre a construção de estruturas semânticas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 46-58, jan./jun. 2010.

DUSSEL, E. **Hacia una Filosofía Política Crítica.** Bilbao, España: Desclée de Brouwer, 2001.

FERREIRA, L. Memória Ancestral. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. e5817, nov. 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5817. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5817>. Acesso em: 29 dez. 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 115-147, 2008.

GROSFUGUEL, R. Decolonizing Western uni-versalisms: decolonial pluri-versalism from Aimé Césaire to the Zapatistas. **TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, Merced, v. 1, n. 3, p. 88-104, Spring. 2012.

HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 321-341.

HOOKS, B. **Teoria Feminista:** da margem ao centro; tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. Originalmente publicado em 1984.

- LIMA, G. A. B. A análise facetada na modelagem conceitual de sistemas de hipertexto: uma revisão de literatura. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 189-196, jul/dez. 2002.
- MIGNOLO, W. D. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 8, p. 243-281, jan./jun. 2008.
- MIGUEL, L. F. A igualdade e a diferença. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PAREDES, J. **Hilando Fino**: Desde el feminismo comunitário. La Paz: Cooperativa El Rebozo, 2010.
- PAREDES, J. Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 22-42, ago. 2019.
- RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. 3. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaira, 2020.
- SALDANHA, G. S. Vastu-tantra: sobre a pragmática transcendental em Ranganathan. *In*: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. (org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 43-56.
- SALES, R. de. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca. *In*: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 57-72.
- VICKERY, B. C. Classificação e indexação nas ciências. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. 274 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, dez. 1978.
- RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. O uso de mapas conceituais como metodologia de sistematização de trabalhos acadêmicos na organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123432>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SALES, R. Teoria comunicativa da terminologia (tct) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ENANCIB, 2007. p. 1-14

SALES, R. Diferentes perspectivas nos contextos do GT2 da ANCIB e da ISKO-Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília: UNESP, 2017.

